



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Monografia

Influência do Ambiente Prisional no Desenvolvimento Social da Criança na Primeiríssima Infância no Estabelecimento Penitenciário Especial Para Mulheres de Ndlavela

Djeci Mayvot Filipe Sambane

Maputo, Outubro de 2023



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Monografia

Influência do Ambiente Prisional no Desenvolvimento Social da Criança na Primeiríssima Infância no Estabelecimento Penitenciário Especial Para Mulheres de Ndlavela

Monografia apresentada a Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia, em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância

Candidata: Djeci Mayvot Filipe Sambane

Supervisor: dr. Milton Mucuanga

Maputo, Outubro de 2023

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Esta monografia foi julgada suficiente como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância e aprovada na sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância, Departamento de Psicologia, Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Director do Curso: dr. Milton Mucuanga _____

Presidente: _____

Oponente: _____

Supervisor: dr. Milton Mucuanga _____

Maputo, Setembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer a Deus pelo dom da vida e por me proporcionar a saúde, todos os dias.

Aos meus pais, Filipe Inoque Sambane e Manuela Carlos Macamo, agradeço imenso pela educação, orientação, apoio emocional e financeiro, pela confiança em mim depositada e pelas conversas e conselhos da vida sobre o melhor caminho a seguir.

Endereço agradecimentos aos meus tios, Maiquel Machava e Sandra Carlos Macamo, pela hospitalidade e apoio emocional.

Aos irmãos, Sherman Sambane, Nayzen Sambane, Milvia Sambane e Filipson Sambane, agradeço pelo companheirismo, apoio e suporte emocional. Igualmente, agradeço também às minhas primas, Michela Machava e Marlenia Massinga, pela companhia durante as longas noites de estudo e pelas descontrações na hora do desespero. Estendo os meus agradecimentos à minha amiga, Arneta Alcides, pelo apoio emocional e pela motivação.

Endereço agradecimentos especiais ao meu supervisor, Milton Mucuanga, pelo apoio incondicional, pela disponibilidade para esclarecer as minhas dúvidas, pelos ensinamentos, pelos conselhos e pela dedicação para a conclusão da minha formação.

Os meus agradecimentos vão também a todos os meus colegas de turma, que juntos partilhamos conhecimentos e construímos amizades. Em especial, agradeço as minhas colegas, amigas do coração, companheiras e anjos da guarda na academia, Gilda Muiambo, Olinda Banze, Chelsea Mandlate, Paula Macaringue e Irene Erneu, em nome do companheirismo, compreensão e sobretudo, o apoio concedido nos momentos difíceis, agradeço imenso por tornarem a minha formação mais divertida.

Agradeço a todos que directa ou indirectamente, ajudaram a concretizar esta etapa da minha vida.

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho aos meus pais, Filipe Inoque Sambane e Manuela Carlos Macamo, pelo apoio incondicional que me têm proporcionado e aos meus tios, Maiquel Machava e Sandra Carlos Macamo, pela hospitalidade e apoio durante os anos de formação.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Djeci Mayvot Filipe Sambane, declaro por minha honra que esta monografia que apresento à Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, como um dos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância, nunca foi apresentada, na sua íntegra, em nenhuma outra instituição, para a obtenção de qualquer grau. O mesmo é resultado da investigação e pesquisa por mim feita, estando indicadas no trabalho e nas referências bibliográficas, as fontes usadas.

LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

SERNAP- Serviço Nacional Penitenciário

EPEMN – Estabelecimento Penitenciário Especial de Mulheres de Ndlavela

RESUMO

Este estudo avaliou a influência do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela. Esta pesquisa é aplicada, estudo de caso e qualitativa, quanto a natureza, procedimentos e abordagem, respectivamente. O estudo contou com a participação de 5 sujeitos, selecionados através de uma amostragem intencional. Os dados foram recolhidos através da entrevista semi-estruturada e analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram que as crianças que coabitam com suas mães no contexto prisional estão sujeitas a um ambiente pouco estimulante que conseqüentemente, compromete o desenvolvimento social destas crianças. Desta forma, surgiu como uma das recomendações, a criação de acções e estratégias concretas por parte do Serviço Nacional Penitenciário de Moçambique para o melhoramento deste ambiente, de modo albergar a criança e assim reduzir os impactos negativos deste espaço, visto que de acordo com os resultados do estudo, foi concluído que o EPEMN não está preparado para albergar crianças da primeiríssima infância.

Palavras chave: *prisão, desenvolvimento, social, infância.*

Índice:

CAPITULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1.Contextualização	2
1.2. Formulação do Problema	4
1.3. Objectivos.....	4
1.3.1. Objectivo Geral	4
1.3.2. Objectivos específicos.....	4
1.4. Perguntas de Pesquisa	5
1.5. Justificativa.....	5
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1. Ambiente Social Prisional.....	7
2.1.1. Visões teóricas sobre a permanência da criança na prisão	8
2.1.2. Legislação Moçambicana sobre a permanência das crianças no contexto prisional.....	9
2.1.3. Benefícios e malefícios da permanência da criança em ambiente prisional	10
2.2. Desenvolvimento social na primeiríssima infância.....	11
2.2.1. Marcos do desenvolvimento social das crianças dos 0 aos 3 anos de idade	11
2.2.2. Factores que influenciam o desenvolvimento social da criança na primeiríssima infância	13
2.3. Alimentação das crianças na Primeiríssima infância	15
2.4. Relação entre ambiente social prisional e o desenvolvimento social da primeiríssima infância	15
CAPITULO III: METODOLOGIA	17
3.1. Descrição do local do estudo.....	17
3.2. Tipo de pesquisa.....	17
3.3. População, Amostra e Amostragem.....	17
3.4. Técnicas de recolha e análise de dados	18
3.5. Questões Éticas	18
3.6. Limitações do Estudo.....	19
CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS	20
4.1. Caracterização da Amostra.....	20
4.2. Categorias de Análise.....	20
4.2.1.Idade máxima de permanência no EPEMN	20
4.2.2.Alimentação e o desenvolvimento da criança no EPEMN	21

4.2.3.Momentos das crianças com a mães no EPEMN.....	22
4.2.4.Creche- Desenvolvimento social.....	24
4.2.5.Crianças e outras reclusas no EPEMN.....	25
4.2.6.Permanência da criança no EPEMN	26
CAPITULO V: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	28
5.1. Conclusão.....	28
5.2. Recomendações.....	29
Referências Bibliográficas	30
ANEXOS	33
APÊNDICES.....	36

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

Esta monografia é elaborada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância. O curso é oferecido pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A pesquisa foi desenvolvida no período compreendido entre os dias 10 de Fevereiro a 10 de Outubro de 2023. O trabalho aborda a influência do Ambiente Prisional no Desenvolvimento Social da Criança na Primeiríssima Infância.

O ambiente prisional é um espaço com objectivo de punir os indivíduos criminosos, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal, tendo a tarefa de transformar indivíduos criminosos em não criminosos (Goffman, 1974). O desenvolvimento social da criança refere-se à capacidade que a criança tem de interagir com outras pessoas por meio de observação, modelação, instrução (Leite, 2004).

A escolha deste estudo foi motivada pelo facto de se tratar de um conteúdo pouco explorado e conhecido por maior parte da sociedade, mas que de certa forma atenta contra o desenvolvimento integro da criança, comprometendo-a a vivenciar uma infância limitada e pouco estimuladora.

Em termos de estrutura, o trabalho apresenta cinco capítulos, sendo a introdução, o primeiro, que contém a contextualização, a problematização, o objectivo da pesquisa e a justificativa. O segundo capítulo, consiste na revisão de literatura sobre ambiente social prisional e o desenvolvimento social na primeiríssima infância. O terceiro capítulo, apresenta os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa. No quarto capítulo, analisa-se e discute-se os resultados obtidos e o quinto, é inerente a conclusões e recomendações.

1.1.Contextualização

De acordo com Andracca (1998), o ambiente é um conjunto de condições, de substâncias, de sistemas no qual o ser humano faz parte e é parte integrante. O bom ou mau andamento desse conjunto, determina a qualidade de vida do homem. Ou seja, os factores que influenciam a sua vida social, psicológica, cultural, moral, escolar, constituem, por sua vez, diferentes ambientes.

Dentre estes ambientes, encontra-se o ambiente social que segundo Silveira (2012), é o conjunto de espaços onde o indivíduo interage, cujo apego e apropriação são facilitados pela familiaridade. É neste ambiente que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo, pois adquire-se modelos de aprendizagem e os princípios éticos e morais, que premeiam a sociedade. O ambiente social influencia significativamente no comportamento humano e a interação mantida com outras pessoas desde o nascimento, é essencial ao seu desenvolvimento.

Foucault (2002), define prisão como um lugar que modifica indivíduos, com funções de privação da liberdade, sendo um aparelho disciplinar, exaustivo, reformatório integral que prescreva princípios de isolamento em relação ao mundo exterior, conduzindo o preso ao remorso.

De acordo com Berger (2004), primeira infância é o período que vai da gestação até aos 5 anos de idade. Nesta fase encontra-se a primeiríssima infância, que abrange o período que vai da gestação aos 3 anos de vida do indivíduo, marcada por um padrão de mudanças que ocorrem à medida que a criança desenvolve a capacidade de ter um pensamento e raciocínio mais complexos, de comunicar mais claramente, de se movimentar mais livremente, aprender a ser social e a controlar as suas emoções.

O desenvolvimento social é a forma como a criança reage diante de situações envolvendo outras pessoas. Desde criança, a constituição da personalidade do “eu” depende de cada momento, das relações interpessoais que ela vai estabelecendo. Com o passar do tempo, a criança torna-se mais independente toma consciência de si mesma e vai se afirmando como ser humano (Leite, 2004).

A primeiríssima infância, quando vivenciada em ambientes saudáveis e seguros as crianças têm maior probabilidade de alcançar o seu potencial de desenvolvimento, alcançando níveis ótimos de desenvolvimento físico, cognitivo, linguístico e sócio emocional, ao passo que quando a criança vive em um ambiente hostil de violência, más condutas, a vizinhança de risco, a instabilidade

social tende a apresentar problemas de comportamento, de socialização, prejudicando sua aprendizagem e seu desenvolvimento (Anzanello, 2010).

O ambiente social é de grande importância para o desenvolvimento social pois, é nele que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas e é ele que vai garantir a sua formação e a sua qualidade de vida social, moral, psicológica e cultural. A forma com que a criança é inserida no ambiente social pode repercutir directamente no seu desenvolvimento, uma vez que a diversidade de informações, a tecnologia e a disponibilidade para novos aprendizados são factores decisivos para a formação física, social e intelectual da criança (Sarkin, 2008).

Em relação às características do ambiente prisional e a permanência de crianças em prisões femininas, estudos sugerem que este apresenta pouca disponibilidade e estrutura para organização dos brinquedos e possibilidades restritas para as crianças vivenciarem espaços e experiências diversificadas, impondo limitações sociais e físicas às crianças. As prisões femininas se mostram um ambiente inóspito para crianças (Bruscato, 2015).

As experiências que elas vivenciam são capazes de impactar negativamente o desenvolvimento social (Viafore, 2005). Apesar disso, varias prisões no mundo, garantem que a mãe e o bebê têm direito de ficar juntos pelo menos até os 3 primeiros anos de vida. Na opinião de especialistas, isso é benéfico para ambos. O problema está no sistema prisional, que na prática, não garante nenhum direito para a mulher ou a criança (Cunha, 1994).

O sistema penitenciário em Moçambique é regulado pelos seguintes dispositivos, Lei n.º 26/2019, Decreto-Lei 64/2013, e pela Lei 26 643 de 28 de Maio de 1936. Este último, instituído no tempo colonial, advoga no Art 102º, que as prisões- maternidades são destinadas ao internamento de presas condenadas a qualquer pena preventiva da liberdade que estejam grávidas ou que tenham filhos menores de 3 anos de idade. O Art 104º do mesmo Decreto, orienta que deve haver uma creche destinada a recolher os filhos das presas e a cuidar deles enquanto as mães se ocuparem nos serviços da prisão.

1.2. Formulação do Problema

No Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Ndlavela, existem crianças com idades compreendidas entre 0 e 3 anos de idade, uma vez que as mulheres privadas da liberdade, após terem seus bebês, têm direito de permanecer com seus filhos até 3 anos de idade. Estas crianças que permanecem com as mães detidas desenvolvem suas concepções emocionais, sociais, morais no contexto prisional. Para a satisfação de todas as suas necessidades, as crianças dependem dos profissionais afectos na penitenciária.

Sendo a prisão um lugar destinado ao isolamento através da privação da liberdade, ressocialização e mudança de comportamento de indivíduos que desrespeitam as normas sociais de convivência, e considerando que a primeira realidade com que as crianças da primeiríssima infância se deparam, seja o ambiente prisional, caracterizado por possibilidades restritas para as crianças vivenciarem espaços e experiências diversificadas bem como a imposição de limitações sociais e físicas, que impactam no desenvolvimento social, coloca-se a seguinte pergunta de partida:

Em que medida o ambiente social prisional influencia no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela.

1.3. Objectivos

O estudo guiou-se pelos seguintes objectivos:

1.3.1. Objectivo Geral

- Avaliar a influência do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela.

1.3.2. Objectivos específicos

- Identificar as condições que o Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela oferece às crianças da primeiríssima infância que coabitam com as mães em prisão;
- Descrever as experiências sociais das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela;

- Classificar o contributo das experiências do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças na primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela.

1.4. Perguntas de Pesquisa

- Que condições o Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela oferece às crianças da primeiríssima infância que coabitam com as mães em prisão?
- Como são as experiências sociais das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela?
- Como as experiências do ambiente social prisional contribuem no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela?

1.5. Justificativa

A realização da pesquisa é bastante oportuna e de extrema importância, visto que se trata do desenvolvimento da criança dentro do ambiente prisional, considerando estas crianças em situação de vulnerabilidade, por estarem expostas a um ambiente agitado, conflituoso e hostil, além de ser um lugar limitado e pouco estimulante para o seu desenvolvimento. É na faixa etária dos 0-3 anos de idade que a criança reflecte e interpreta de acordo com o que ela observa no seu dia-a-dia, permitindo que ela se comporte e age segundo o ambiente que ela está inserida.

A pesquisa mostra-se relevante para a pesquisadora, na medida em que trata-se de um tema pouco explorado e falado. É importante conhecer e compreender e as condições sociais prisionais criadas para permanência das crianças e como essas condições podem influenciar no desenvolvimento íntegro social da criança na primeiríssima infância.

O estudo permitirá que as organizações que lidam com crianças conheçam e repensem em outras alternativas para a protecção e a redução de riscos e impactos sociais e psicológicos em crianças que crescem no ambiente social prisional, de modo a criar espaços para que essas crianças tenham assistência especial e recebam devida atenção.

O estudo influenciará na revisão e na discussão de políticas e leis que norteiam a permanência das crianças nos estabelecimentos penitenciários, de modo a garantir o bem estar destas crianças.

Para a ciência, a relevância da pesquisa reside no facto de os resultados deste estudo poderem dar mais subsídios e servir como base para consulta de aspectos relacionados a permanência das crianças no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndavela, assim como facilitar o processo de pesquisas similares por parte dos estudantes de diferentes áreas que estejam motivados em realizar um trabalho de mesma natureza.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Para Prodanov e Freitas (2013), a revisão de literatura é o processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhido. Engloba as obras sobre os conceitos, definições e teorias usadas em seu campo de investigação. Esta revisão bibliográfica foca-se nas seguintes variáveis, ambiente social prisional e desenvolvimento social da primeiríssima infância.

2.1. Ambiente Social Prisional

O ambiente social é o conjunto de espaços onde o indivíduo interage, cujo apego e apropriação são facilitados pela familiaridade. É neste ambiente que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo, pois adquire-se modelos de aprendizagem e os princípios éticos e morais, que premeiam a sociedade (Silveira, 2012). Silva (2011), chama a prisão de “sociedade dos cativos” e define, como sendo agrupamentos humanos muito especiais, que cria, recria e transmite valores culturais, com a função de classificar simbolicamente “objectos, experiências, comportamentos, características pessoais e estados ou modos de ser”.

Silveira (2012) explica que o ambiente social influencia significativamente no comportamento humano e a interação mantida com outras pessoas desde o nascimento é essencial ao seu desenvolvimento. Por isso o Centro de Reclusão feminino deve ser um local onde existam condições de modo a albergar as crianças, estimulando o seu desenvolvimento. Para Santana (2004), esse ambiente prisional deve oferecer um trabalho multidisciplinar com actividades psicopedagógicas, além de oferecer estimulação, alimentação adequada e assistência à saúde, para que assim a criança possa desenvolver todas as suas capacidades pois o ambiente social prisional pode ter efeitos negativos e significativos na vida das crianças que coabitam com suas mães em prisões.

Em relação às características do ambiente social prisional e a permanência de crianças em prisões femininas estudos sugerem que este apresenta pouca disponibilidade e estrutura para organização dos brinquedos e possibilidades restritas para as crianças vivenciarem espaços e experiências diversificadas, impondo limitações sociais e físicas às crianças. As prisões femininas se mostram um ambiente inóspito para crianças, as experiências que elas vivenciam são capazes de impactar negativamente o desenvolvimento social (Viafore, 2005).

2.1.1. Visões teóricas sobre a permanência da criança na prisão

Segundo Robertson (2008) as opiniões acerca da permanência de uma criança junto da sua mãe no ambiente prisional enquanto esta cumpre pena estão divididas, sendo que, por um lado se considera o estabelecimento prisional com regras severas para reclusos e não é o local apropriado para uma criança, e por outro lado se reflete na importância da criança permanecer com a sua mãe.

Para Rita (2009), a separação entre a mãe e a criança que ocorre antes dos 3 anos de idade pode comprometer o desenvolvimento normativo da saúde mental da criança que, por sua vez, pode vir a desenvolver transtornos na idade adulta. O convívio entre mãe e filho é um factor muito importante para o desenvolvimento afectivo e psicossocial, é essencial que a criança permaneça com a mãe visto que eles se encontram distantes do resto da família.

O posicionamento Rita (2009), vai de encontro com a Teoria da Vinculação de John Bowlby, que na sua perspectiva coloca a mãe como a figura central na vida da criança e a principal figura de vinculação. Assim sendo, o apego estabelecido na relação mãe e filho é visto como duradouro por intermédio das diversas fases do ciclo vital. Na falta desse apego haverá maior propensão para perturbações de personalidade, agressividade e dificuldades de aprendizagem da criança.

Nos seus estudos sobre crianças delinquentes e sem afecto (sem a presença de figura materna), Bowlby (2002) constatou que as crianças que ficam distantes dos seus progenitores tendiam a desenvolver comportamentos agressivos e delinquentes, tornando-se por isso necessária a permanência das crianças junto das suas mães. A criança sofre uma série de problemas com a privação materna (cuidados parentais, relação afectiva e contínua de mãe-filho). Para Bowlby, os cuidados primários são essenciais para a base de todos os relacionamentos íntimos futuros. As experiências com os cuidadores primários iniciam o que futuramente se generalizará como uma percepção sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo.

Christian (2009) esclarece que, para o desenvolvimento motor, psicológico e social seja adequado, a criança não se deve separar da mãe, mesmo que isso implique ir com ela para a prisão durante uma fase consideravelmente precoce e importante do seu desenvolvimento, devendo-se fazer o possível para que esta díade permaneça unida, pois o estabelecimento de relações afetivas significativas entre mãe e filho nesta fase das suas vidas é de extrema importância.

Em contrapartida, Cunha (1994), descreve o ambiente prisional como agitado, conflituoso, agressivo e impróprio para o crescimento de uma criança. As crianças que permanecem na prisão com suas mães consideram-se crianças em situação de risco e em perigo sendo necessários serviços competentes que lhes atendem porque a prisão não é um local adequado para dar suporte às crianças nos primeiros meses de vida. Não só pelo ambiente agitado e conflituoso que caracteriza estas instituições, mas também porque ficam limitadas à vida intramuros, pouco estimulante, o que poderá ser prejudicial para o seu desenvolvimento e formação, tendo de ser providenciados uma série de cuidados e serviços que amenizem este impacto (Robertson, 2007).

Silva (2011), explica que os presídios não foram desenvolvidos para propiciar vínculos familiares, tampouco promover um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças, e reconhece que filhos de mães privadas de liberdade e que coabitam com elas, necessitam de políticas públicas que invistam na condição particular dessas crianças que em certa medida vivem encarceradas para que não percebam o ambiente carcerário como sendo o único mundo existente, posto que essa realidade social pode ter repercussões na vida adulta.

A prisão apresenta ainda uma série de riscos para o menor, com destaque para as dificuldades emocionais da mãe diante do aprisionamento e o próprio ambiente hostil, que em algum momento as reclusas acabam influenciando os filhos com sentimentos negativos (Ramos, 2009).

2.1.2. Legislação Moçambicana sobre a permanência das crianças no contexto prisional

Para Sarkin (2008), as prisões africanas encontram-se em condições precárias o que dificulta a própria habitação dos reclusos, sendo por isso reconsideradas como sendo as piores do mundo, no que concerne à violência, superlotação e vários outros problemas. Muitas estão em condições deficientes e suas práticas estão em conflito com os padrões de direitos humano”.

O sistema penitenciário em Moçambique é regulado pelos seguintes dispositivos, Lei n.º 26/2019, Decreto- Lei 64/2013, pela e Lei 26 643 de 28 de Maio de 1936. Na Lei n.º 26/2019, alínea f, número 1, do Art 9º sobre princípios orientadores especiais, estabelece que constitui o direito do recluso “manter consigo o filho até aos 3 anos de idade ou excepcionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias”. O número 2 do mesmo artigo, orienta que devem ser asseguradas à menor assistência médica e actividades formativas e lúdicas adequadas à sua idade

e às suas necessidades de desenvolvimento enquanto estiver em carece com a mãe reclusa. No Art 33º número 3, o recluso que mantém consigo filho menor, é alojado em instalações adequadas à vida em comum de ambos.

2.1.3. Benefícios e malefícios da permanência da criança em ambiente prisional

Existem muitos autores que escrevem sobre a permanência de crianças com as mães na prisão e os potenciais benefícios e malefícios associados a essa situação. Para eles, é importante que os riscos e benefícios da permanência conjunta sejam avaliados individualmente e sejam oferecidos apoio e recursos adequados para garantir o bem-estar da criança. Alguns possíveis benefícios segundo Rita (2009), pode se identificar os seguintes:

- Fortalecimento do vínculo mãe-filho a permanência conjunta pode ajudar a manter e fortalecer o vínculo afectivo entre mãe e filho, o que pode ser importante para o desenvolvimento emocional da criança;
- Promoção de melhorias na qualidade de vida, redução do impacto da separação, como também a minimização do impacto emocional negativo que a separação da mãe pode causar na criança, especialmente se esta for muito jovem.

Em relação aos malefícios, Serras e Pires (2004), identificaram os seguintes:

- Exposição à violência e condições precárias as crianças podem ser expostas a um ambiente violento e a condições precárias devido à falta de recursos e apoio na prisão;
- Falta de estimulação adequada, a permanência na prisão pode impedir que as crianças tenham acesso a actividades adequadas à sua idade e nível de desenvolvimento, como brincadeiras e interação com outras crianças;
- Estigma e discriminação a permanência de crianças na prisão pode levar à estigmatização e discriminação por parte da sociedade, o que pode prejudicar o seu desenvolvimento social e emocional.

Estas perspectivas sobre a permanência da criança no estabelecimento penitenciário, apresentam mais malefícios que benefícios, por isso, é prioritário avaliar as condições que o estabelecimento apresenta, de modo que os riscos do estabelecimento não afectem severamente as crianças.

2.2. Desenvolvimento social na primeiríssima infância

De acordo com Payne e Isaac (2007) o desenvolvimento *social* é a forma como a criança reage diante de situações envolvendo outras pessoas, visto que a criança ao nascer é um ser social, já que o ser humano é constituído de tal maneira que sua sobrevivência depende dos cuidados daqueles que o rodeiam. O desenvolvimento social na infância ocorre principalmente por meio de observação, modelação, instrução. Indivíduos que estão em constante interação cotidiana com as crianças, são os indivíduos com maior probabilidade de gerar ou manter os comportamentos problemáticos da criança, em função de informações, crenças e habilidades educativas inadequadas ou do seu estado psicológico, embora não o façam intencionalmente, complementam que os indivíduos em volta da criança podem actuar tanto como mantenedores quanto como modificadores dos comportamentos infantis inadequados (Santos, 2015).

É a partir dessas relações que estabelecem com os companheiros e com os adultos que as crianças pequenas geram a sua compreensão do mundo social, razão pela qual são essenciais, é por através destas que as crianças começam a perceber o mundo que as rodeia e conseqüentemente, a construir relações, compreendendo as ações do outro e promover na criança a construção da sua identidade (Andracca,1998).

Payne e Isaac (2007) chamam atenção para a valorização do ambiente social, por ser um factor fundamental no qual a criança a partir do primeiro ano de vida começa a apresentar uma forte ligação emotiva e afectiva com as pessoas integradas no mesmo ambiente social bem como os objectos do mundo físico ou cultural, comportamentos consoante ao contexto em que esta inserido, podendo-se notar nestas circunstâncias situações de crianças que apresentam com frequência.

2.2.1. Marcos do desenvolvimento social das crianças dos 0 aos 3 anos de idade

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), os principais marcos de desenvolvimento psicossocial ocorrem nas crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade. Esses autores dividem, claramente, o decorrer dessa evolução social e o que se espera em cada etapa.

No intervalo do 0 a 3 meses, as crianças começam a demonstrar interesse, curiosidade e sorriem prontamente para pessoas. Nessa fase são receptivas. Na etapa dos 3 a 6 meses são capazes de prever o que vai acontecer e sentir desapontamento. Quando isso não acontece as crianças demonstram, isso ao ficarem zangados ou cautelosos. Elas sorriem, resmungam e riem

frequentemente. É uma etapa do despertar social e das primeiras trocas recíprocas entre o bebê e o cuidador (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Entre os 7 e 9 meses, as crianças fazem jogos sociais e tentam obter respostas das pessoas. Falam, tocam e tentam fazer outras crianças responderem, exprimem emoções mais diferenciadas, demonstrando alegria, medo, raiva e surpresa. O chorar é as vezes mais poderoso sendo o único modo que os bebês possuem de comunicar suas necessidades (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

No período de 10 a 12 meses, as crianças preocupam-se muito com o principal cuidador. Podem ficar com medo de estranhos e agir de modo reservado em novas situações. Com 1 ano de idade, comunicam suas emoções de maneira mais clara, demonstrando estados de espírito, ambivalência e gradações de sentimentos (Bee, 2003).

No intervalo dos 13 a 18 meses andam e exploram seu ambiente, usando as pessoas às quais têm maior apego como base segura e dos 19 a 36 mês, à medida que dominam o ambiente, tornam-se mais confiantes e mais ansiosos por afirmação. Elaboram sua consciência, suas limitações por imaginação, brincadeiras e identificação com adultos (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Leite (2014), afirma que a criança é capaz de reconhecer e conscientizar as ações praticadas pelos integrantes do espaço onde ela está inserida socialmente, recorrendo a brincadeira para a reprodução e implementação activa das situações por ela vivenciadas, correspondendo desta maneira, a forma mais elevada da sua actividade intelectual.

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), as crianças na primeira infância mostram interesse em pessoas do seu círculo familiar, principalmente pessoas do seu tamanho. Nos primeiros meses, eles olham, sorriem e arrulham para outros bebês. Por volta de 1 ano aos 3 anos de idade, a criança demonstra cada vez mais interesse no que outras crianças fazem e uma compreensão cada vez maior de como lidar com elas. Essas crianças aprendem imitando umas as outras, brincadeiras ajudam a estabelecer um vínculo com as outras, preparando-as para brincadeiras mais complexas durante os anos pré-escolares.

Steiner (2000), explica que a criança percebe, elabora e imita tudo, por ser inteiramente imitativa, uma vez que se impregna de tudo o que está em seu meio social, quer em nível físico ou corpóreo ou espiritual. A imitação, sendo inerente à criança na primeira infância, representa uma grande

força para sua aprendizagem e desenvolvimento, seja para andar, falar, pensar, agir, e avaliar o que é adequado ou impróprio no comportamento humano (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006), é através dos processos de interação com o meio que a criança aprende comportamentos das pessoas e das ocorrências ao seu redor por via da imitação, visto que é a partir da imitação que as crianças assimilam comportamentos que iram carregar ao longo de sua vida.

2.2.2. Factores que influenciam o desenvolvimento social da criança na primeiríssima infância

Ao longo dos primeiros anos de vida, as crianças envolvem-se em um intenso e acelerado processo de experimentação e aquisições comportamentais (Papalia, Olds & Feldman, 2006). Para Santos (2015), os primeiros 3 anos são determinantes na formação da personalidade da criança, porque são desenvolvidos neste período: a auto-estima, o altruísmo e a sede de conhecimento. A criança é considerada um ser activo, com capacidades para o envolvimento social complexo. Os seus comportamentos visuais, auditivos, vocais e os seus padrões de atenção são uma construção da própria criança, realizada em contexto social e a sustentação da capacidade interactiva com os outros. O desenvolvimento social e cognitivo da criança, não se pode interpretar sem reconhecermos que vários factores a influenciam: o ambiente social, físico, familiar e cultural (Payne & Isaac, 2007).

- **O factor ambiental social**

Para Oliveira (2005), o ambiente social em que a criança vive e cresce condiciona parte considerável do seu desenvolvimento cognitivo e social, e esse desenvolvimento resulta de influências ambientais. Esses factores sociais são determinantes para a criança que cresce em ambiente carregado de estímulos positivos, ela tem mais chances de apresentar resultados positivos futuramente, ao passo que, quando a criança está em um ambiente de conflitos constantes, a falta de estímulos ou crianças em condições de extrema pobreza e desnutrição, esses factores culminam na absorção somente de estímulos negativos, o que prejudica no desenvolvimento cognitivo e social (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

- **O factor ambiental cultural**

O ambiente cultural constitui-se como um factor do desenvolvimento social da criança, e é um conjunto de atitudes, valores, crenças e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas, transmitidos de uma geração com a outra. A cultura exerce muita influência no desenvolvimento social da criança e desempenha um papel importante na forma que a criança interpreta o mundo que a rodeia. É possível notar que o ambiente cultural é formado pelo ambiente familiar, físico e principalmente pelo social. A integração desses três níveis de representação de ambiente é que formam o ambiente cultural e influenciam bastante no desenvolvimento da criança nos primeiros 3 anos de vida (Berger, 2000).

- **O factor ambiental familiar**

A família tem sido considerada o ambiente ideal para o desenvolvimento social e a educação de crianças pequenas. Essa é a posição de alguns sistemas educacionais, que sustentam que a responsabilidade da educação dos filhos, particularmente quando pequenos, é da família, e assumem um papel de meros substitutos dela, repetindo as metas embutidas nas práticas familiares. Um ambiente familiar desestruturado, foco de tensões, discussões ou mesmo onde há apenas indiferença, esquecimento, pode ser um fator ambiental que influencie no desenvolvimento social da criança (Oliveira, 2005).

Segundo Teixeira (2014), a pobreza está associada com a exposição a múltiplos fatores de risco biológicos e ambientais, sendo que a incidência de atrasos desenvolvimentais são maiores quanto mais precária for a situação socioeconômica.

- **O factor ambiental físico**

O ambiente físico caracteriza-se pelo conjunto das qualidades exteriores e materiais do homem, abrangendo desta maneira todos os espaços em que o indivíduo vive. O ambiente físico onde a criança vive, exerce grande influência sobre seu desenvolvimento, isso observa-se principalmente nas realidades mais precárias. Geralmente, em lugares periféricos, os espaços físicos são precários e pouco favoráveis ao bom desenvolvimento social das crianças o espaço físico, quando acolhedor e propício, contribui para o bom desenvolvimento infantil (Post & Hohmann, 2011).

2.3. Alimentação das crianças na Primeiríssima infância

De acordo com Bee (2003), nos primeiros seis meses de vida da criança, a alimentação deve ser baseada apenas no consumo de leite materno. Não é necessário oferecer nenhum outro tipo de alimento para o bebê, nem mesmo água ou chá. Isso é o que chamam de amamentação exclusiva ou aleitamento materno exclusivo.

Assim que a criança completa seis meses de vida, pode-se iniciar a introdução de novos alimentos. Essa fase de introdução de novos alimentos nem sempre será fácil, uma vez que o bebê está adaptando-se a novos sabores e texturas e pode recusar uma série de alimentos. É importante lembrar que se o bebê ou a criança recusar o alimento na primeira vez, é fundamental tentar oferecê-lo novamente em outras refeições. Nessas ocasiões, o alimento recusado pode ser oferecido de uma forma diferente, mais atraente (Bee, 2003).

Para Berger (2013), as frutas são normalmente introduzidas na dieta da criança após os 6 meses, estas são fontes de vitaminas, como as vitaminas A e C, e minerais, como potássio e manganês, que são responsáveis pelo crescimento de células no corpo humano. Além de serem fontes de carboidratos, nutrientes utilizados como fonte de energia que favorece o crescimento e desenvolvimento cerebral. A deficiência de vitaminas e outros nutrientes essenciais nos primeiros anos de vida, coloca em risco seu desenvolvimento físico, social, emocional, provoca dificuldades de aprendizagem, baixa imunidade, aumento de infecções e em muitos casos, pode levar à morte (Papalia, Olds & Feldman, 2006).

Segundo Santos (2015), pelas frutas serem fontes de vitaminas e minerais, a falta destes nutrientes, o baixo consumo de frutas pode causar doenças relacionadas a deficiências nutricionais, como alterações visuais por carência de vitamina A, hemorragias por insuficiência de vitamina C e arritmias cardíacas por deficiência de potássio, e faz com que as crianças tendem a ser menos independentes, alegres, atentos e brincalhões e mais cautelosos e hesitantes, além de se cansarem mais facilmente, reduzindo assim a sua capacidade de se relacionar e interagir com outras pessoas.

2.4. Relação entre ambiente social prisional e o desenvolvimento social da primeiríssima infância

O ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento social. O ambiente social possui as fontes necessárias para o desenvolvimento

da criança, bem como apresenta traços humanos específicos que são característicos do desenvolvimento social (Payne & Isaac, 2007). O ambiente social já possui uma forma apropriada, a qual se deve estar em relação com a criança para que o desenvolvimento possa ocorrer sem falhas. Se o ambiente social não é adequado, se não há uma interação da criança com este, então surge a possibilidade de um fracasso em algum aspecto do desenvolvimento social da criança (Pires, 2001).

Segundo Ramos (2009), ao permitir a inserção de crianças no ambiente social prisional, algumas adaptações seriam necessárias a fim de garantir condições mínimas para o desenvolvimento saudável da criança, a vida das crianças encarceradas tem limitações tanto no que tange às condições físicas, quanto sociais. Os estudos sobre as crianças inseridas no ambiente prisional são escassos, pesquisas realizadas em prisões sugerem que a qualidade do ambiente prisional é extremamente baixa, principalmente pela pouca disponibilidade de brinquedos e variedade de experiências.

O desenvolvimento social está relacionado com a forma com que a criança interage com as pessoas à sua volta, suas emoções e a forma de estabelecer o vínculo com pessoas significativas (Papalia, Olds & Feldman, 2006). De acordo com Viafore (2005), o ambiente social prisional é considerado um ambiente inóspito para crianças, as experiências que elas vivenciam são capazes de impactar negativamente o desenvolvimento social. As crianças que permanecem junto das mães no estabelecimento prisional, tem maior probabilidade do seu desenvolvimento social ser afetado pelo ambiente prisional no decorrer da sua estadia, uma vez que o primeiro contacto que os menores têm é com a polícia e outros órgãos de justiça (Robertson, 2008).

CAPITULO III: METODOLOGIA

Segundo Prodanov e Freitas (2013), *metodologia* é o conjunto de processos detalhados e sequenciais de métodos técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, de tal modo que se consiga atingir os objectivos inicialmente propostos e ao mesmo tempo, atender aos critérios de menor custo, maior rapidez, maior eficácia e mais confiabilidade de informação.

Neste capítulo, pretende-se demonstrar os procedimentos metodológicos seguidos durante a realização deste estudo.

3.1. Descrição do local do estudo

O EPEMN localiza-se no Posto Administrativo do Infulene, no Município da Matola, na Província de Maputo. Esta Cadeia foi criada com objectivo de albergar todas as prisioneiras provenientes de todas as províncias do país, ela conta actualmente com 120 reclusas, tendo a capacidade máxima 300 reclusas, o EPEMN tem 2 pavilhões, com 4 celas cada. Uma das celas é destinada a mulheres grávidas e mulheres que coabitam com seus filhos no EPEMN. O EPEMN também é constituído por um bloco Administrativo, onde funciona a direcção deste estabelecimento, a secretária, o Centro de Controlo Penal, os Serviços Sociais, Recursos Humanos, centro de saúde, cozinha, creche e escola.

3.2. Tipo de pesquisa

Esta pesquisa quanto a natureza é aplicada que consiste em gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, e envolve verdades e interesses locais (Prodanov & Freitas, 2013). Quanto aos procedimentos a pesquisa é estudo de caso caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (Gil, 2008). Quanto a abordagem consistiu-se em usar a pesquisa qualitativa que tem o ambiente como fonte directa dos dados e o pesquisador mantém contacto directo com o ambiente e o objecto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo (Gil,2008).

3.3. População, Amostra e Amostragem

Universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características (Gil, 2008) e amostra é uma parcela convenientemente relacionada do universo ou um subconjunto do universo (Marconi & Lakatos, 2007). A população deste estudo é composta

por cinco reclusas que coabitam com os filhos e por quatro funcionárias do EPEMN que assistem as crianças das reclusas, e amostra foi composta por três reclusas que coabitam com os filhos e por 2 funcionárias do EPEMN que assistem as crianças das reclusas. Estes cinco sujeitos foram selecionados através da amostragem intencional. Este tipo de amostragem consiste em seleccionar um grupo, que pode ser considerado representativo de toda a população em estudo (Gil, 2008).

3.4. Técnicas de recolha e análise de dados

Os dados foram colectados através da entrevista semi-estruturada. Neste tipo de entrevista não existe rigidez de roteiro, e o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tendo mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção, usando as perguntas abertas (Marconi & Lakatos, 2007).

O roteiro de entrevista continha 11 perguntas para cada participante. Todas as entrevistas foram realizadas no recinto do EPEMN e de forma presencial, nos dias 19 e 20 de Maio. Todas as entrevistas duraram 2 horas, sendo que cada participante contava com 20 minutos. O registo dos dados fornecidos foi manuscrito, uma vez que a pesquisadora não solicitara autorização para aceder ao recinto do estabelecimento com gravador ou telefone. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, a análise de dados foi feita mediante a aplicação da técnica de análise de conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo operacionaliza-se em três processos que são: pré-análise, categorização e interpretação. A pré-análise foi baseada no referencial teórico e nas questões do guião de entrevista. Com base na pré-análise, foram criadas 6 categorias que são: idade de permanência no EPEMN, alimentação e o desenvolvimento da criança no EPEMN, momentos das crianças com a mães no EPEMN, desenvolvimento social-creche, crianças e outras reclusas do EPEMN e por último, permanência da criança no EPEMN.

3.5. Questões Éticas

Para a realização do estudo, a investigadora submeteu ao Serviço Nacional Penitenciário, pedido de autorização para a recolha de dados no Estabelecimento penitenciário Especial para Mulheres. Aos participantes, foi-lhes esclarecido o objectivo da pesquisa e assegurado anonimato na recolha e confidencialidade no tratamento dos dados.

3.6. Limitações do Estudo

Constituí limitação a este estudo, a escassez de literatura e publicações sobre pesquisas moçambicanas que abordam o desenvolvimento de crianças em ambientes de reclusão.

CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste capítulo, apresenta-se e discute-se os dados obtidos, mediante a realização da entrevista semi-estruturada, tendo como referência a revisão de literatura que norteia a pesquisa.

4.1. Caracterização da Amostra

Os dados resultam de entrevistas realizadas com cinco (5) participantes, todas do sexo feminino. Três são reclusas e duas são funcionárias. As funcionárias têm nível superior e médio, com dois e dez anos de serviço, respectivamente. As reclusas têm 30, 31 e 32 anos de idade. Uma tem 10^a classe e duas tem 7^a classe, e estão em reclusão há dois, três e quatro meses, respectivamente. Estas reclusas têm pelo menos três filhos cada e coabitam com crianças, com onze, catorze e vinte seis meses de idade.

4.2. Categorias de Analise

Constitui objectivo desta pesquisa, avaliar a influência do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para

Mulheres em Ndlavela. Após a transcrição e exploração do material da entrevista, auxiliando-se sempre para a revisão da literatura, foram identificadas seis (6) categorias nomeadamente: idade máxima de permanência no EPEMN, alimentação e o desenvolvimento da criança no EPEMN, momentos das crianças com mães no EPEMN, desenvolvimento social-creche, crianças e outras reclusas do EPEMN e por último, permanência da criança no EPEMN.

Os participantes foram atribuídos os códigos E1, E2, E3, E4, E5. Onde o “E”, significa Entrevistado e o número indica a sequência, tendo em conta o tamanho da amostra. A seguir, apresenta-se e discute-se os dados, tendo em conta as categorias criadas em função das respostas dos participantes.

4.2.1. Idade máxima de permanência no EPEMN

No que diz respeito a idade máxima de permanência de crianças no EPEMN, os resultados mostram que, é permitida a permanência de crianças junto com a mãe até 3 anos de idade. Contudo, é colocada a possibilidade da criança sair do estabelecimento antes de completar a idade estipulada pela lei, caso hajam familiares que possam cuidar dela, como evidencia a entrevistada.

“As crianças devem ficar aqui até aos 3 anos, é o que a lei diz. Ainda não tivemos nenhum caso de crianças que ficaram mais de 3 anos, as crianças quando completam 3 anos de idade, elas devem sair do estabelecimento e não tendo família, nós encaminhamos aos centros de acolhimento. Quem tiver família para cuidar do filho, pode tirar o filho antes de completar 3 anos de idade” (E1).

O depoimento da E1 é fundamentado pela Lei n.º 26/2019, no Art 12º sobre os Direitos do recluso, número 1 alínea f, que estabelece que constitui o direito do recluso manter consigo o filho até aos 3 anos de idade ou excecionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias.

De acordo com Pires (2001), é permitido às mães manterem consigo os filhos que não ultrapassem os 3 anos de idade, excecionalmente 5 anos de idade, estando previstos para as mesmas, cuidados médicos e educativos. Contudo, viver a maternidade na prisão é muito diferente de vivê-la em liberdade. E, segundo Cunha (1994), é importante que as crianças fiquem o menos tempo possível em reclusão com a mãe, visto que os primeiros 3 anos idade são considerados cruciais para a criança.

A possibilidade da criança ser retirada do estabelecimento antes de completar 3 anos de idade mostra que há uma intenção maior do estabelecimento, que as crianças em nenhum momento façam parte deste ambiente.

4.2.2. Alimentação e o desenvolvimento da criança no EPEMN

No que diz respeito a alimentação e o desenvolvimento da criança, os resultados indicam que as refeições das crianças no EPEMN são preparadas na creche e separadas das refeições das reclusas. Para as crianças que ainda não completaram 1 ano de idade, é oferecido o leite artificial lactogênio 1, e poucas vezes é fornecido o leite lactogênio 2. As crianças contam como a primeira refeição do dia as papas, que são preparadas com a farinha de milho, conforme explica a participante.

“Eles dão o básico, quando era mais pequeno tomava leite que davam aqui, agora come comida, papinha de manhã, e tarde as vezes comem couve, as vezes massa e outros alimentos, mas gostaria que dessem mais frutas, meu filho tem falta de apetite,

e acho que com frutas seria diferente, os guardas não dão outra alternativa para ele comer” (E3).

“... os alimentos que fornecemos são esses de fácil acesso, peixe, couve, repolho, massa, hoje, por exemplo, o almoço delas é massa com molho de peixe. As frutas, poucas vezes eles comem, as vezes eu é que trago da minha casa para dar as crianças” (E2).

Conforme se pode deprender, os relatos das participantes mostram que o estabelecimento não inclui frutas na dieta alimentar das crianças. As frutas são alimentos ricos em vitaminas e a sua falta causa déficit em nutrientes, tal como explicam Papalia, Olds e Feldman (2006), que a deficiência de vitaminas e outros nutrientes essenciais nos primeiros anos de vida, coloca em risco seu desenvolvimento físico, social, emocional, provoca dificuldades de aprendizagem, baixa imunidade, aumento de infecções e em muitos casos, pode levar à morte.

As frutas são normalmente introduzidas na dieta da criança após os 6 meses, estas são fontes de vitaminas, como as vitaminas A e C, e minerais, como potássio e manganês, que são responsáveis pelo crescimento de células no corpo humano. Além de serem fontes de carboidratos, nutrientes utilizados como fonte de energia que favorece o crescimento e desenvolvimento cerebral (Berger, 2013)

Segundo Santos (2015), pelas frutas serem fontes de vitaminas e minerais, a falta destes nutrientes, o baixo consumo de frutas pode causar doenças relacionadas a deficiências nutricionais, como alterações visuais por carência de vitamina A, hemorragias por insuficiência de vitamina C e arritmias cardíacas por deficiência de potássio, e faz com que as crianças tendem a ser menos independentes, alegres, atentos e brincalhões e mais cautelosos e hesitantes, além de se cansarem mais facilmente, reduzindo assim a sua capacidade de se relacionar e interagir com outras pessoas.

4.2.3. Momentos das crianças com a mães no EPEMN

Relativamente ao tempo que as crianças estão com as mães, os resultados evidenciam que, no EPEMN, as crianças passam maior parte do tempo com as mães, chegando a participar de algumas actividades na creche, estas crianças tem acesso a creche como espaço para brincar no EPEMN, mas também não estão inibidas de passear com mães pelo estabelecimento. Este resultado encontra suporte no pronunciamento da entrevista, abaixo:

“As reclusas estão livres de passear a qualquer hora do dia, desde que terminem suas actividades, mas normalmente fazem isso no período da tarde, este estabelecimento é grande, e as mães podem levar seus filhos para brincar em qualquer lugar aqui no estabelecimento” (E1)

A prática do EPEMN está alinhada ao proposto por de Rita (2009), ao defender que é essencial que a criança estando na penitenciária com mãe deve permanecer mais tempo com ela, se tratando de uma situação especial ao desenvolvimento da criança, visto que eles se encontram distantes do resto da família. No entanto, as mães não sentem-se motivadas para mudar a rotina das crianças e limitam-se em ficar nos mesmos espaços, nesse caso, na creche e nas celas. Fazendo com que as crianças sintam que estão em um ambiente fechado.

“Eu brinco com meu filho, falo com ele, ensino ele a falar quando estou com ele, mas tenho vontade de passear com ele, não gosto de estar aqui com ele, e eu tenho outros filhos que não sei como eles estão, o que comem, isso me deixa muito triste, eu e meu marido estamos presos” (E4).

“... eu prefiro ficar na creche com ele, onde tem mais brinquedos, eu não gosto quando meu filho vê muitos guardas, porque ela já percebeu que esse lugar somos controlados, que devemos obedecer ordens, ele até já sabe usar a expressão “chefe” para se referir os guardas” (E5).

Estes relatos indicam que problemas familiares afectam directamente na motivação das mães prisioneiras, fazendo com elas não tentem mudar a rotina dos filhos, tendo preferência em ficar nos mesmos espaços. Como de certa forma há tentativas de esconder a sua submissão aos guardas em frente ao filho, pois algumas crianças já tem noções básicas das expressões que os que vestem a roupa laranja usam para se referir os que vestem a roupa verde.

Estas questões são fundamentadas por Robertson (2008), que afirma que a prisão apresenta uma série de riscos para o menor, com destaque para as dificuldades emocionais da mãe diante do aprisionamento e o próprio ambiente hostil, que em algum momento as reclusas acabam influenciando os filhos com sentimentos negativos. Estes sentimentos influenciam no desenvolvimento social destas crianças, colocando a criança mais tímida e isolada.

4.2.4. Creche- Desenvolvimento social

Em relação as condições criadas para as crianças, os resultados mostram que no interior EPEMN, existe uma creche destinada a permanência de crianças durante o dia, esta fica aberta das 8h:30 minutos a 15h:30 minutos. A creche dispõe de alguns materiais como quadro, lápis de cor, cadernos, brinquedos como bonecos, ursos de pelúcia, carrinhos, brinquedos de culinária, um pequeno pátio que dispõe de um escorregador.

Por este recinto não ter sido pensado inicialmente para albergar crianças. Busca-se ter o material de fácil acesso para o estabelecimento, não olhando necessariamente para a faixa etária das crianças, a quem são destinados os brinquedos, como explica a participante.

“Este estabelecimento não foi pensado ou construído para receber crianças ou ter reclusas a viver com seus filhos. A creche também foi um espaço pensado depois e procuramos ter o básico, como berços, quadro, brinquedos, lápis de cor, uma pintura atraente e um espaço para a criança brincar” (E1)

Os resultados evidenciaram que a educadora da creche, não tem formação em Educação de Infância, mas trabalha há mais de 5 anos, como educadora no estabelecimento. Ela realiza apenas uma actividade na creche, que é a hora do círculo de manhã e a tarde.

“Agora não temos muitas actividades pelas idades das crianças, agora temos a hora do círculo de manhã, onde converso com as crianças, cantamos, e a hora do círculo a tarde onde fazemos as mesmas coisas que fizemos de manhã” (E2).

O depoimento E2 enfatiza que a educadora não usa o programa educativo da pré-escola para guiar as suas actividades, cingindo-se apenas em fazer a actividade da hora do círculo. Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), o factor determinante a qualidade da creche são as características estruturais da creche, como a contratação de educadores treinados para lidar com crianças, como também a características de processo ligados a capacidade dos educadores adequarem as actividades ao nível de desenvolvimento da criança, estes aspectos garantem bons resultados no desenvolvimento cognitivo e social da criança. A má aplicabilidades destes processos podem criar nas crianças, comportamentos problemáticos e baixo nível de desenvolvimento linguístico, cognitivo e social.

Concordando ainda com Viafore (2005), que defende que as prisões femininas apresentam pouca disponibilidade e estrutura para organização dos brinquedos e possibilidades restritas para as crianças vivenciarem espaços e experiências diversificadas, impondo limitações sociais e físicas às crianças e impactando negativamente o desenvolvimento social.

4.2.5. Crianças e outras reclusas no EPEMN

Os resultados indicam que as crianças do EPEMN interagem com quase todo mundo desde as reclusas, professores, as funcionárias do estabelecimento, bem como umas com as outras quando estão tanto na creche como em outros espaços dentro estabelecimento.

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), as crianças na primeira infância mostram interesse em pessoas do seu círculo familiar, principalmente pessoas do seu tamanho. Nos primeiros meses, eles olham, sorriem e arrulham para outros bebês. Por volta de 1 ano aos 3 anos de idade, a criança demonstra cada vez mais interesse no que outras crianças fazem e uma compreensão cada vez maior de como lidar com elas. Essas crianças aprendem imitando umas as outras, brincadeiras ajudam a estabelecer um vínculo com as outras, preparando-as para brincadeiras mais complexas durante os anos pré-escolares. Para as crianças EPEMN não é diferente, as crianças demonstram interesse de brincar umas com as outras.

Os resultados evidenciam também que as outras reclusas tentam ser amigas das crianças, sendo que algumas reclusas são mais próximas das crianças, ao ponto de serem permitidas a levar as crianças a creche durante a manhã, quando as mães estão indisponíveis. Contudo, as mães reclusas devem ensinar os filhos a não mexer as coisas dos outros, se não as outras reclusas zangam ou gritam com os filhos, apesar de saberem que são apenas crianças e que faz parte do seu desenvolvimento a necessidade de mexer em vários objectos, o que mostra que as crianças estão limitadas à vida intramuros e o ambiente pouco estimulante, o que poderá ser prejudicial para o seu desenvolvimento social, como mostra o depoimento da participante.

“As o minhas colegas brincam com meu filho, as vezes berram quando ele mexe as coisas delas e quando chora muito, então eu tenho que ensinar meu filho a não mexer as coisas das outras reclusas e fazer pouco barulho. As vezes isso não é fácil porque ele é criança e as vezes quer sair da cela” (E4).

Este relato afirma o posicionamento de Cunha (1994), que enfatiza que as crianças em cárcere com mãe sofrem as consequências directas da falta de autonomia e limitação de espaços de brincar ou explorar. Serras e Pires (2004) acreditam também que muitas das crianças que coabitam com suas mães poderão conhecer apenas o ambiente prisional neste período da sua vida, no qual as oportunidades de novas experiências cruciais nesta etapa de vida de uma criança se revelam escassas nesse ambiente.

4.2.6. Permanência da criança no EPEMN

Relativamente aos resultados obtidos pela guarda penitenciária que tem a função de Educadora, o estabelecimento apresenta-se como ambiente inapropriado para as crianças e que as experiências sociais que elas vivenciam podem impactar na sua vida adulta, porque estas crianças saem da penitenciária enquanto já tem noção de onde estava, e quais são os comportamentos normalizados dentro daquele contexto, bem como a imitação clara do que ela observa no seu dia-a-dia, como mostram os depoimentos das participantes.

“São vários comportamentos que vejo, as crianças mais novas ainda não conseguem entender onde estão, mas as crianças mais grandinhas já percebem, como a criança de 2 ano e 2 meses, ele praticamente imita tudo, ele já sabe reconhecer os sinos e falar para a mãe ir levar a comida no refeitório, já sabe que a mãe deve vestir a roupa laranja e quando ela não vestir pode ser punida, é ele que corre e diz mamã a chefe está a vir, veste, ele já coloca as mãos atrás quando estamos na hora do efectivo. Já tivemos um caso de uma criança, que encaminhamos ao centro de acolhimento, porque sempre que visse uma pessoa vestida a civil chorava, porque a criança estava habituado a ver roupas laranjas das reclusas e roupa verde das guardas” (E2).

“Eu acho que esta afectar muito o comportamento do meu filho, isso me doi muito, meu filho coloca as mãos atrás quando saímos das celas, quando estamos na formatura, ele já conhece os sinos, sabe me dizer que está na hora de levar comida no refeitório. Ele já sabe quem é o comandante, ela já sabe tudo” (E5).

Estes depoimentos alinham-se ao posicionamento de Robertson (2008), que defende que as crianças que permanecem junto das mães no estabelecimento prisional, tem maior probabilidade

do seu desenvolvimento social ser afectado pelo ambiente prisional. Steiner (2000), também constatou que a criança percebe, elabora e imita tudo, por ser inteiramente imitativa, pois a criança se impregna de tudo o que está em seu meio social, quer em nível físico, corpóreo ou espiritual, a imitação, sendo inerente à criança na primeira infância, representa uma grande força para sua aprendizagem e desenvolvimento, seja para andar, falar, pensar e agir. É por processos de interação com o meio que a criança aprende comportamentos das pessoas e das ocorrências ao seu redor por via da imitação (Bee, 2003).

No último relato, nota-se que a criança já tem noções de como se vive no ambiente que está, e já imita e reconhece os sinos, como também as expressões que são usadas pelas reclusas e pelos guardas. Estes comportamentos que a criança apresenta vão mediante a fase de desenvolvimento que ele se encontra. Esta reclusa assume que este lugar é totalmente inapropriado para seu filho e deseja que o filho saia do estabelecimento antes que o comportamento do filho fique ainda mais comprometido, e não consiga se comportar como as outras crianças de sua idade. Este depoimento é suportado por Cunha (1994), que descreve o ambiente prisional como impróprio para o crescimento de uma criança, e que as crianças que permanecem na prisão com suas mães consideram-se crianças em situação de risco e em perigo, sendo necessários serviços competentes que lhes atendem porque a prisão não é um local adequado para dar suporte às crianças.

CAPITULO V: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

Este estudo buscou avaliar a influência do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela.

Em relação as condições que o Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela oferece às crianças da primeiríssima infância que coabitam com as mães em prisão, os resultados revelaram que EPEMN carece de todos alimentos considerados básicos para o desenvolvimento saudável da criança, assim como a disposição de brinquedos e equipamentos necessários dentro da creche para as crianças.

No que diz respeito as experiências sociais das crianças da primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela, a pesquisa evidenciou que as crianças se relacionam e brincam entres elas, e igualmente interagem com algumas reclusas, mas também passam maior parte do dia com suas mães e suas rotinas são as mesmas todos os dias, estando limitadas à vida intramuros.

Relativamente ao contributo das experiências do ambiente social prisional no desenvolvimento social das crianças na primeiríssima infância no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres em Ndlavela, pôde-se depreender que o ambiente apresenta poucos estímulos para garantir o desenvolvimento social da criança, fazendo com as crianças estejam expostas a processos de interação com este meio imitando e aprendendo qualquer tipo palavra, ocorrências e comportamentos que vivenciam dentro deste ambiente, fazendo com que seus comportamentos sejam influenciados pelo ambiente em seu redor e de alguma forma, estes comportamentos refletirão em outros espaços.

Pelo facto de as condições que o Estabelecimento Penitenciário oferece às crianças que coabitam com as mães serem limitadas e associado à pobres experiências sociais que a criança da primeiríssima infância tem no Estabelecimento Penitenciário, pode se concluir que o ambiente social prisional influencia negativamente no desenvolvimento social das crianças da primeiríssima infância.

5.2. Recomendações

Diante dos resultados obtidos mediante a realização do estudo, recomenda-se o seguinte:

Ao EPEMN

- A contratação de Educadores treinados para lidar com as crianças;
- Aquisição de brinquedos para as crianças, tendo em conta a idade;
- Inclusão de frutas e outros alimentos saudáveis na dieta das crianças, com vista a garantir uma alimentação saudável às crianças;
- Preparação da creche para assistir as crianças, com base no Diploma Ministerial n.º. 278/2010 - Regulamento dos Infantários e Centros de Acolhimento à Criança em Situação Difícil;
- Busca de Parceria para apoiar área de Desenvolvimento da Primeira Infância;
- Promoção de mais palestras sobre o papel de uma mãe, importância das brincadeiras entre mãe e filho, motivação materna para as crianças, entre outros temas de sensibilização para as mães, de modo que estas se motivem a interagir e brincar com seus filhos;
- Criação de estratégias concretas por parte do Serviço Nacional Penitenciário de Moçambique, que permitam o monitoramento da alimentação e actividades lúdicas enquanto estas crianças estiverem sob seus cuidados.

Aos estudantes interessados em fazer estudos similares:

- Uso da observação directa como técnica de recolha de dados;
- Apresentação e assinatura do termo de consentimento aos participantes das entrevistas.

Referências Bibliográficas

- Andracca, I. (1998). *Risk factors for psychomotor development among infants born under optimal biological conditions*. Revista de Saúde Pública.
- Anzanello, J. (2010). *Oportunidades de Estimulação, Desenvolvimento Motor e Desenvolvimento Social de Crianças no Primeiro ano de Vida em Diferentes Contextos*. [Dissertação de Mestrado]. UFRGS, Porto Alegre.
- Berger, K.S. (2013). *O desenvolvimento da pessoa: do nascimento á terceira idade* (5ª ed.). LTC.
- BEE, H. (2003). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed.
- Bowlby, J. (2002). *Cuidados maternos e saúde mental* (4ªed.). Martins Fontes
- Bruscato, A.C., & Rangel, A.C. (2015). *Desafios da educação de crianças que residem com suas mães em unidade prisional: o papel da Universidade e do Poder Público*. Santa Maria.
- Christian, S. (2009). *Children of Incarcerated Parents*. National Conference of State Legislatures.
- Cunha, M. P. (1994). *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- Decreto-Lei 26 643 de 28 de Maio de 1936. Organização Prisional. República de Moçambique.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas dos Serviços Prisionais.
- Goffiman, E. (1974). *Manicómios, Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva.
- Foucault, M. (2003). *Estratégia de poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Lei n.º 26/2019: Lei que aprova o Código de Execução das Penas, de 27 de Dezembro de 2019.
- Leite, A., & Paula, E. (2014). *A importância das relações afetivas nas interações sociais entre adultos e crianças da educação infantil*. Maringá: UEM.
- Marcoli, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis* (5ª ed.). Atlas.
- Oliveira, Z.R. (2005). *Educação Infantil: fundamentos e métodos* (2ªed.). Cortez.
- Papalia, D.E., Olds, W.S., & Feldman, R.D. (2006). *Desenvolvimento Humano* (8ª ed.). Artmed.

Payne, G., & Isaac, L. (2007) *Desenvolvimento Motor humano: uma abordagem vitalícia* (6ª ed.). Editora Guanabara Koogan.

Pires, I. (2001). *Relação mãe-criança, ambiente prisional e irritabilidade materna*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Prodanov, C.C., & Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ªed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Ramos, G. (2012). *Um convite às descobertas*. In G. Ramos, & S. Rosa: *Os saberes e as falas de bebês e suas professoras* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Rita, R. (2009). *Criança em ambiente penitenciário: Uma análise da experiência brasileira*. VoxJuris.

Robertson, O. (2008). *Children Imprisoned by Circumstance*. Quakers United Nations Office. Humans Rights and Refugees Publications.

Santana, F. (2004). *Instituição de atendimento a crianças adolescentes em situação vulnerável* (1ª ed.). Psicologia & Sociedade. Porto Alegre.

Santos, M. (2015). *A importância da creche para o desenvolvimento da criança de jardim de infância*. [Dissertação de mestrado em educação pré escolar]. Porto.

Sarkin, J. (2008). *Prisões em África: uma Avaliação da perspectiva dos Direitos Humanos* (1ª ed.). Atlas Editora.

Serras, D., & Pires, A. (2004). *Maternidade Atrás das Grades: Comportamento Parental em Contexto Prisional*. Análise Psicológica.

Silva, E., Luz, A., & Cecchetto, F. (2011). *Maternidade atrás das grades*. Enfermagem em Foco.

Silveira, A. (2012). *A moral e a importância das interações sociais para a sua construção*. [Online: <http://www.psicologia.com.pt>].

Steiner, R. A. (1996). *Educação da Criança segundo a Ciência Espiritual*. SP: Antroposófica.

Teixeira, H., & Volpini, M. (2014). *A importância do brincar no contexto da educação infantil: Creche e pré-escola*. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade.

Viafore, D.(2005). *A gravidez gravidez no cárcere cárcere brasileiro brasileiro : uma análise da Penitenciária Feminina Madre Palletier* (1ª ed.).Porto Alegre.

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Djici Maynat Filipo Sambani¹, estudante do curso de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância², a contactar Serviço Nacional Remunerativo (SERVAP)³ a fim de colher dados para monografia no FEEMV⁴.

Maputo, 20 de Março de 2023⁵

A Directora Adjunta para Graduação

Nilza A. T. César

Mestre Nilza Aurora Tarcisio César

(Assistente)

¹ (Nome do Estudante)

² (Curso que frequenta)

³ (Instituição de recolha de dados)

⁴ (Finalidade da visita)

⁵ (Data, Mês, Ano)

ANEXO II



SERVIÇO NACIONAL PENITENCIÁRIO
Departamento de Recursos Humanos e Formação

CREDENCIAL

Por despacho do Excelentíssimo Senhor Director Geral do SERNAP, datado do pretérito dia 23 de Março de 2023, está devidamente credenciada a estudante **Djeci Mayvot Filipe Sambane**, do curso de licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância, ministrado pela Universidade Eduardo Mondlane, para num período de 02 semanas deslocar-se ao **Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo**, a fim de efectuar a recolha de dados.

De referir que o acto tem o propósito de elaboração do seu trabalho de fim de curso, cujo tema é: *"Influência do contexto Prisional no Desenvolvimento Social da Criança da Primeiríssima Infância"*.

Nestes termos, recomenda-se ao Estabelecimento Penitenciário criar condições necessárias para o sucesso do trabalho.

Cordialmente.

Maputo, 30 de Março de 2023

O Chefe


Zacarias Manuel Chaguála
(Superintendente da Guarda Penitenciária)

APÊNDICES

APÊNDICE I

GUIÃO PARA CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIAL

PARTE I: DADOS PESSOAIS E PROFISIONAIS

- a) Habilitações literarias
- b) Função que ocupa
- c) Tempo de trabalho no EPEMN

PARTE II: PERGUNTAS

1. Quantas crianças o EPEMN pode acolher?
2. Quantas crianças convivem com as mães neste Estabelecimento?
3. Até que idade elas permanecem no estabelecimento?
4. Como são tratados os casos de crianças que ficam mais tempo?
5. Em que momento do dia as mães passeiam com os seus filhos no recinto do EPEMN?
6. De que as crianças se alimentam?
7. Quem acompanha as crianças a creche?
8. De que materiais e equipamentos, a Creche dispõe as crianças?
9. Que formação tem as educadoras que assistem as crianças neste Estabelecimento?
10. Onde as crianças brincam nos seus tempos livres?
11. Como é feita a selecção de agentes penitenciários que devem cuidar especificamente das reclusas que coabitam com os seus filhos?

GUIÃO PARA AS MAES RECLUSAS

PARTE I: DADOS PESSOAIS E PROFISIONAIS

- a) Idade
- b) Estado civil
- c) Numero de Filhos
- d) Habilitações Literárias
- e) Naturalidade
- f) Tempo de reclusão

PARTE II: PERGUNTAS

1. Qual é a idade do seu filho?
2. Em que momento ou momentos do dia a senhora tem estado com o seu filho?
3. De que a sua crianças se alimenta?
4. O que a senhora faz durante esse/s momento/s com a criança?
5. Como é que as outras mulheres reclusas se relacionam com o seu filho?
6. Durante o tempo que o teu filho não esta consigo, com quem fica?
7. Quem acompanha o seu filho para a creche?
8. Quando a creche fecha, no fim das actividades, onde a criança fica?
9. Como você acha que este ambiente está afectar no comportamento do seu filho?
10. Como seu filho reage quando há discussões nas celas?
11. O que gostaria que o estabelecimento providenciasse para o seu filho?

GUIÃO PARA EDUCADORA

PARTE I: DADOS PESSOAIS E PROFISIONAIS

- a) Habilitações Literárias
- b) Naturalidade
- c) Tempo de trabalho

PARTE II: PERGUNTAS

1. Com quantas crianças trabalha?
2. Quais são as idades?
3. Quanto tempo elas permanecem na creche?
4. Como são as actividades livres das crianças?
5. Como este ambiente influência nas suas actividades com as crianças?
6. Como é a alimentação das crianças?
7. Como tu avalias o ambiente prisional para a permanência das crianças?
8. Que materiais você deixa ao dispor das crianças nos finais de semana?
9. Quais são os comportamentos que as crianças apresentam que sejam causa do ambiente em que estão

APÊNDICE II : REQUERIMENTO

Exmo. Senhor Director Geral

Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP)

Maputo

Eu Djeci Mayvot Filipe Sambane, filha de Filipe Inoque Sambane e de Manuela Carlos Macamo, portadora do NUIT 158497654 e do Bilhete de Identidade n° 110505951031J emitido em Matola, solteira de 20 anos de idade, natural de Maputo, Província de Maputo, resistente no Bairro Zimpeto, Quarteirão n°1, casa n°60, estudante do 4° ano do Curso de Desenvolvimento e Educação de Infância na Universidade Eduardo Mondlane vem, mui respeitosamente solicitar a V.Excia se digne a autorizar a realização de recolha de dados no periodo de 2 semanas no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) cujo tema é Influência do contexto prisional no desenvolvimento social da criança na primeiríssima infância, pelo que,

Pede Deferimento

Contactos:

842071722

848788591

Maputo, aos 20 de Março de 2023

Djeci Mayvot Filipe Sambane

Email: djecysambane@gmail.com

República de Moçambique
Serviço Nacional Penitenciário

RECEPÇÃO

RECEBIDO Data 20.03.23
Assinatura No. 1.7